

Joaquim Bastos Serra\*

## O espaço periurbano de Évora nos finais da Idade Média. Uma aproximação ao seu estudo

O presente texto constitui um contributo para destacar a importância de uma problemática ainda relativamente pouco conhecida para o Portugal medieval, as zonas periurbanas<sup>1</sup>. Referimo-nos às áreas que circundavam os núcleos urbanos, áreas de

---

\* CIDEHUS, Universidade de Évora.

<sup>1</sup> Sobre o conceito de espaço periurbano, pode ver-se: Jean-Pierre Leguay, "Le paysage péri-urbain au XV<sup>e</sup> siècle: L'aspect et le rôle de la campagne voisine dans la vie des cités bretonnes au Moyen Age", sep. de *Mémoires de la Société d'Histoire et d'Archéologie de Bretagne*, t. LVII, 1980, pp. 63-127; Idem, "Le rôle de la zone péri-urbain dans l'approvisionnement des villes armoricaines au Moyen Age", sep. de *L'approvisionnement des villes de l'Europe Occidentale au Moyen Age et aux Temps Modernes*, Flaran, n.º 5, 1983.

Em Portugal, as áreas periurbanas medievais não foram, ainda, *de per se*, objecto de um tratamento aprofundado, que lhes permita captar as especificidades, no que se refere à paisagem, às funções ou à sua organização social. Aliás, a própria designação de zona periurbana carece de alguma clarificação conceptual face a um conjunto de denominações utilizadas indiferentemente, como é o caso de suburbano, periferia, entre outras.

De qualquer modo, as referências às zonas envolventes das cidades portuguesas têm acompanhado, nos últimos anos, a proliferação de estudos sobre os centros urbanos que têm naturalmente, a cidade como fulcro, mas que não deixam de referenciar o espaço que os envolve, destacando-lhe a importância funcional, ou caracterizando, mesmo que genericamente, a paisagem envolvente.

Com interesse para o conhecimento de alguns aspectos relativos ao espaço periurbano de diversas cidades e vilas portuguesas medievais, podem ver-se, entre outros, os seguintes trabalhos: Maria José Lagos Trindade e Jorge Gaspar, "A Utilização agrária do solo em torno de Lisboa na Idade Média", *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 89-94; Gérard Pradalie, "Occupation du sol et cultures autour de Coimbre au XIIe siècle", in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las ciencias historicas*, vol. II- *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 79-87; Iria Gonçalves, "Entre campo e a cidade na segunda metade do século XIV", *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 221-245; Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 81-86; Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval, posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*, Cadernos da Revista de História Económica e social, 9-10, Lisboa, Sá da Costa, 1987, pp. 88-91; Bernardo Vasconcelos e Sousa, "Paisagem Agrária e organização Social do Espaço no Alentejo Medieval (Séculos XII a XV)", *Economia e Sociologia*, n.º 45-46, Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico de Évora, Évora, 1988, pp. 21-39; Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes medieval (1300-1500)*, Abrantes, 1988, pp. 39-42; Hermenegildo Fernandes, *Organização do espaço e Sistema Social no Alentejo Medieval. O caso de Beja*. Dissertação de Mestrado apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991, p. 62 e sgs; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras, a vila e o termo nos*

transição entre a cidade e o mundo rural, cujas marcas materiais não são hoje detectáveis, em consequência da avassaladora urbanização, mas que apresentavam, nos tempos medievais, características bem definidas, que as distinguiram quer do tecido intramuros quer do mais distante mundo rural. Um espaço que, pela fisionomia da sua paisagem, pela especificidade das suas funções e pela organização social do território é, tanto quanto o julgamos, susceptível de autonomização enquanto objecto de estudo, podendo, mesmo, a sua análise revelar-se clarificadora sob diversos aspectos das vivências e das dinâmicas urbanas, algumas das quais ainda pouco conhecidas para a realidade portuguesa. Uma abordagem aprofundada e consistente das áreas periurbanas, constitui um “laboratório” privilegiado para o estudo de aspectos em torno do que hoje designariamos de sustentabilidade das cidades, bem como de certas dinâmicas económicas e sociais por elas geradas.

No sentido de exemplificar a relevância que essa temática pode assumir, partimos do levantamento de um conjunto de questões relacionadas com o espaço periurbano de Évora, sobre o qual nos temos vindo a debruçar, procurando identificar, ainda que genericamente, alguns dos factores que, num período de fortes mutações, concorriam para uma dada organização do território.

## 1 - A cidade e a paisagem periurbana

O estudo das periferias urbanas não pode ser desligado, parece escusado referir-lo, das cidades com as quais se articulavam intimamente. Era em função das necessidades do núcleo urbano, da maior ou menor pressão demográfica a que era sujeita e dos seus contextos sócio-económicos ou mesmo políticos/ideológicos e tecnológicos, que se definia uma organização do território envolvente.

Como factor enquadrador, deve, naturalmente, atender-se ao facto, tantas vezes referido, de campo e cidade não poderem ser vistos, no período medieval, como oposição, mas antes como continuidade. No caso de Évora, dos finais da Idade Média, um bom testemunho dessa inter-penetração é o facto do *campo* se encontrar imiscuído no próprio espaço intramuros delineado pela cerca fernandina. Não nos estamos a referir

---

*finais da Idade Média*, Lisboa, FCG/JNIC, 1995, pp. 179-195; Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo nos finais da Idade Média, a terra e as gentes*, vol. II, pp. 634-645; Idem, “O espaço periurbano da vila portuguesa de Tomar”, *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, Cascais, 1999, pp. 121-140, Joaquim Bastos Serra, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama. Os homens e a gestão da riqueza patrimonial*, Cascais, Patrimonia, 2003, pp. 88-117.

apenas ao emaranhado de quintais, tão comuns na generalidade das cidades e vilas portuguesas (cujas áreas, se somadas, constituiriam, sem dúvida, elas próprias, uma percentagem surpreendente de espaço não construído), mas a áreas bem mais extensas de terreno agricultado, que aquando da construção da segunda cerca de muralhas, na segunda metade do século XIV, foram incluídas no perímetro urbano e que irão permanecer, no interior da cidade, durante um largo período. O cidadão medieval eborense convivia, pois, quotidianamente, com as hortas, com as vinhas e com os ferragiais, integrados no tecido intra-muros, que se articulavam com ruas, azinhagas e espaços habitacionais, compondo, assim, um conjunto singular. No princípio do século XV, quando a cidade recuperava lentamente da quebra demográfica dos finais de Trezentos, essas zonas ocupavam cerca de um terço da área total definida pela muralha fernandina. Uma área significativa, mesmo surpreendente, cuja presença encontra uma explicação primacial na largueza com que foi construída a segunda cerca da cidade, com 50<sup>ha</sup>, delineada, porventura, com uma expectativa excessivamente optimista de um futuro crescimento demográfico e urbano, que não chegou a concretizar-se. Daí que o intramuros tivesse sido capaz de absorver, durante o período medieval e moderno, todo o crescimento urbano, fazendo com que Évora, ao contrário do que se verificava na generalidade dos aglomerados populacionais murados, não tivesse, a partir das décadas finais da centúria de Trezentos, arrabaldes construídos.

Ainda que o crescimento da segunda metade do século XV e da primeira da centúria seguinte – o *período de ouro* da cidade – tivesse reduzido significativamente as áreas agricultadas do intra-muros, a sua presença manter-se-á, ainda assim, significativa. Nesse período, em que Évora se assumia como um dos principais centros políticos, culturais e artísticos do reino, a urbe conheceu significativas alterações urbanísticas, com a abertura de novas ruas e o calcetamento das de maior importância<sup>2</sup>, com a criação de novos equipamentos infra-estruturais<sup>3</sup> (ou a realização de benfeitorias nos já existentes) e, ainda, com o lançamento de obras de grande envergadura, das quais as mais emblemáticas são a ampliação da igreja e convento de S. Francisco e do imponente paço real a ele anexo. Esse conjunto de intervenções, em alguns casos desestruturantes do antigo tecido urbano, vão, gradualmente, alterando a fisionomia da cida-

<sup>2</sup> Como, por exemplo, as ruas da Selaria e a Rua dos Mercadores, em 1462, cf. Arquivo Distrital de Évora (ADE), Arquivo Municipal, *Livro 2º de Originais*, fls. 34v-35.

<sup>3</sup> Como os poços, fontes e chafarizes, incluindo o da Praça, com os seus alcatruzes, melhoramento ao nível das portas, pontes, calçadas e caminhos, ampliação da cadeia, dos paços do concelho, entre muitas outras, cf., ADE, Arquivo Municipal, *Livro 3º de Originais da Câmara*, fl. 16, 57, 86, 104; *Livro 4º de Originais da Câmara*, fls. 94, 143, 160.

de, contribuindo para uma densificação da malha construída, que acabou por restringir e empurrar, digamos assim, os espaços com dedicação agrícola para as zonas mais próximas dos muros. De facto, em todo o entorno interior da muralha irão permanecer essas zonas, de que as mais conhecidas são a *Palmeira*, o *outeiro de Cógulos*, e os *Chãos Domingueiros*. A elas há que acrescentar as hortas dos mosteiros mendicantes, de S. Francisco e S. Domingos, assim como o extenso jardim, horta e laranjal anexo ao paço real, que se estendiam até ao limiar do intra-muros, e que acabaram, também, por favorecer a preservação de uma cintura verde, de extensão considerável, ao longo de praticamente todo o percurso interior da muralha.

Neste aspecto (e também em outros que veremos), o *fora de portas* constituía, no período tardo medieval, mais um *continuum* do que um corte abrupto com o intramuros. De facto, no exterior, em torno de toda a extensão da muralha, das suas portas, espraiavam-se, igualmente, inúmeras hortas, que eram objecto de particular atenção, por parte dos zelosos senhorios, que conscientes do valor que assumiam no contexto da economia urbana, obrigavam os foreiros, sob contratos minuciosos, a trabalhos constantes, bem como a uma contínua manutenção e limpeza dos seus poços e chafarizes. Uma das zonas de maior importância de hortas desenvolvia-se junto dos designados *canos de S. Mamede*, onde os mecanismos de recolha e distribuição de água parecem ter ganho alguma forma de organização. Era, ainda, a necessidade de água abundante que fazia com que as áreas de hortas e de cultivos mimosos se estendessem em direcção aos cursos de água que mais proximamente atravessavam a cidade. Era o caso da ribeira do Xarrama, a sul, e da ribeira da Torregela, a oeste, onde o número de hortas era igualmente significativo. Neste primeiro aro, com cerca de 1<sup>km</sup> a 2<sup>km</sup>, a partir dos muros da cidade, inseriam-se também múltiplos ferragiais, parcelas igualmente irrigadas, onde se cultivava, preferencialmente, a cevada e o centeio, em parte destinada à alimentação dos animais, mas onde se faziam, também, muitas outras produções, em regime de policultura, contribuindo para assegurar a sustentabilidade alimentar da cidade.

Em torno deste primeiro aro, ocupado preferencialmente pelas hortas e ferragiais, estendia-se um outro onde a predomínio recaía no cultivo da vinha<sup>4</sup>. Esta assumiu, em Évora, durante todo o período medieval, uma importância significativa, embora sujeita a refluxos e avanços conjunturais. A vide estendia-se por uma área que, grosso modo, se situava entre os 2 a 5<sup>km</sup>, a partir da cidade, indiferente a acidentes do terreno, mas ali-

---

<sup>4</sup> Muito embora se verificasse uma certa especialização das culturas, tal deve ser encarado mais com uma tendência do que como uma orientação exclusiva.

nhando-se preferencialmente ao longo dos cursos de água, especialmente as ribeiras de Peramanca, do Xarrama, da Lage, e tantas outras, de forma a beneficiar da irrigação por alagamento. Note-se que a cultura da vinha se fazia em regime de complantação, nela se imiscuindo diversas culturas arvenses, a oliveira, em primeiro lugar, mas também as figueiras, as ameixeiras, as pereiras e as macieiras, que mais frequentemente surgem referenciadas nos documentos.

A distribuição espacial dos cultivos era, naturalmente, condicionada pelas características topo-morfológicas do território. Numa região com chuvas escassas e irregulares e solos de um modo geral pobres<sup>5</sup>, os cursos de água, mesmo os de menor caudal, como as pequenas ribeiras e riachos, próximos da cidade (que assumiam uma impressionante pluralidade de nomes e designações), acabavam por atrair as culturas mais exigentes, como as hortícolas, mas também a vinha, constituindo um dos elementos referenciais e organizadores do espaço periurbano. De qualquer modo eram os muros da cidade e as vias que saíam das suas portas, ao longo das quais se alinhavam muitas das parcelas de cultivo, os principais elementos estruturantes do território periurbano. Os cultivos distribuíam-se, em termos espaciais, de forma tendencialmente concêntrica, levando em linha de conta a distância-tempo em relação ao núcleo urbano. Uma tal organização dos cultivos, tantas vezes confirmada<sup>6</sup>, típica dos núcleos pré-industriais, encontra-se em íntima relação com as dificuldades e morosidade das deslocações e dos transportes. Tal justificava que as culturas que requeriam um trabalho quotidiano e uma maior protecção ocupassem as áreas mais próximas do núcleo urbano, como era o caso das hortas e ferragiais, insertas num primeiro aro, e um pouco mais além, mas ainda assim, não ultrapassando uma distância susceptível de ser percorrida a pé, as vinhas, em que a exigência de trabalho era de carácter mais sazonal. Sob o ponto de vista paisagístico e morfológico as vinhas constituíam, no caso eborense, um limite do espaço periurbano. Para além delas, o território assumia, gradualmente, outras cambiantes.

---

<sup>5</sup> Sobre a rede fluvial e as características dos solos da envolvente urbana, veja-se a síntese efectuada por Maria Domingas V. M. Simplicio, *Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora*, Évora, Dissertação de Doutoramento em Geografia, na especialidade de Geografia Humana, apresentada à Universidade de Évora, 1997, pp. 15-28.

<sup>6</sup> Para Portugal, veja-se, por exemplo, Maria José Lagos Trindade e Jorge Gaspar, "A Utilização agrária do solo em torno de Lisboa na Idade Média", *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 89-94; Manuel Sílvia Alves Conde, "O espaço periurbano da vila portuguesa de Tomar", *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, Cascais, Patrimonia, 1999, pp. 121-140; Joaquim Bastos Serra, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama. Os homens e a gestão da riqueza patrimonial*, Cascais, Patrimonia, 2003, pp. 88-117.

Era a área de extensos matagais e bosques de quercínias e das terras de cereal, cujas dimensões e formas de exploração eram bem diversas das da periferia.

De facto, muito embora as áreas das parcelas da envolvente da cidade pudessem ser variáveis, de acordo com a tipologia dos cultivos, a qualidade dos solos e os objectivos das produções, de um modo geral, o que caracterizava toda a área periurbana era a fragmentação da propriedade. As vinhas, as hortas e os ferragiais poucas vezes ultrapassavam o hectare, podendo até assumir áreas bem inferiores. As próprias designações das terras, como *quartéis*, *courelas*, *courelinhas*, *pedaços* e *chãos*, por exemplo, nos remetem para esse parcelamento, que se vai acentuando, com a pressão demográfica e económica, obrigando à compartimentação de múltiplos *herdamentos*, que em alguns casos podemos acompanhar documentalmente.

## 2. Funcionalidades das imediações da cidade

Para além da função de abastecimento, a sua vocação primordial, o espaço periurbano eborense, à semelhança do que se verificava em toda a parte, assumia muitas outras funções relevantes. Por exemplo, ao nível de saneamento e de *saúde pública*, se assim pode ser referido, em que também se mostrava de vital importância para o equilíbrio do aglomerado populacional. O que a leitura da documentação eborense, mesmo numa primeira análise, deixa entrever, é a imprescindibilidade que esse espaço assumia para a salubridade da cidade, que a usava, por exemplo, como retaguarda de detritos e despejos. Questões que constituíram, até à criação de infra-estruturas de saneamento eficazes, um dos problemas de mais difícil resolução para os núcleos populacionais.

O espaço periurbano eborense assume, a esse nível, uma importância crescente, à medida que aumenta a pressão demográfica e se vulgarizam, pelo menos ao nível dos estratos sociais dominantes, hábitos de maior conforto e comodidade, que se traduzem também em preocupações de higiene e limpeza. As implicações a nível sanitário, do crescimento demográfico e urbano, encontram-se bem testemunhadas para Évora, sobretudo a partir de meados do século XV. A análise das posturas municipais, por exemplo, revela-nos que dois dos principais problemas com que a cidade se debatia, no que a este aspecto diz respeito, se relacionavam com o deficiente escoamento de águas infectas que, nas zonas mais baixas, formavam lodaçais nauseabundos<sup>7</sup>, e com a acu-

<sup>7</sup> Era o que se verificava, por exemplo, junto da Porta do Raimundo, entre a horta da Palmeira e o muro, cf. ADE, Arquivo Municipal, *Livro 4º de Pergaminho*, fls. 283-286v. Algo de semelhante se passava na zona de S. Mamede, idem, *Livro 4º de Originais da Câmara*, fl. 25.

mulação de detritos no interior da cidade, não apenas nas zonas desocupadas, mas também nas azinhagas, nas ruas ou mesmo nas praças, chegando a constatar-se o amontoar de enormes *esterqueiras e sujidades* junto do próprio adro e das paredes da Sé<sup>8</sup>. A situação assumia, não raras vezes, dimensões calamitosas, levando moradores das imediações dos *monturos*, a queixar-se, junto do concelho, da presença, nesses locais, de todo o tipo de animais, bem como dos maus odores, agravados com as frequentes queimadas, alertando para os efeitos que tal podia assumir, nomeadamente, no despontar das *enfermidades*<sup>9</sup>.

A limpeza da cidade melhorava, de forma significativa, nas ocasiões festivas ou aquando da realização de grandes eventos, como, por exemplo, o casamento do príncipe D. Afonso, em 1490, em que o concelho, por indicação do próprio monarca, se via obrigado a tomar medidas mais contundentes, constringendo os moradores a varrer as ruas junto das suas habitações, a recolher os lixos de molde a não ficar *esterqueira, nem monturo dos muros adentro*, colocando *quadrilheiros* em cada rua, responsáveis pela manutenção da limpeza, entre outras medidas<sup>10</sup>.

As crescentes preocupações do concelho nesta matéria, que, no fundo, visavam impedir, ou pelo menos minimizar, a acumulação de detritos, no interior da cidade, traduziam-se em medidas coercivas, reiteradas, de forma sistemática, ao longo de praticamente todo o século XV, o que, se por um lado, é revelador de contínuo incumprimento, não deixa também de testemunhar o esforço continuado para debelar alguns dos problemas identificados. As linhas gerais da política concelhia, no que a esta matéria diz respeito, passavam por responsabilizar os moradores pela preservação dos espaços nas imediações das suas habitações, por aforar os espaços desocupados, obrigando os foreiros a cerrá-los, de modo a evitar os despejos<sup>11</sup>, ou por restringir a permanência de animais no interior da cidade, em especial do gado porcino, entre outras. Mas, tais exigências obrigavam, naturalmente, a melhorar as infra-estruturas existentes e a criar alternativas para os despejos. As soluções propostas pelos oficiais da cidade passavam, frequentemente, pelo recurso à zona envolvente.

Ao longo do século XV, procurou-se melhorar o escoamento das águas, construindo de novo ou alargando *canos e regueiras*, estas a céu aberto, direccionadas para o exterior, sendo em alguns casos necessário, romper a muralha, obtendo, para isso,

<sup>8</sup> Cf., ADE, Arquivo Municipal, *Livro 1 de Registos e Privilégios*, fl. 192.

<sup>9</sup> Por exemplo, Idem, *Livro Primeiro de Pergaminho*, fls. 52-54, 72-73.

<sup>10</sup> Idem, *Livro Primeiro de Originais*, fl. 59.

<sup>11</sup> Idem, *Livro Primeiro de Pergaminho*, fls. 101-102, 119v.

autorização régia<sup>12</sup>. Particular atenção foi concedida às zonas de S. Mamede e das Portas do Raimundo, onde se localizavam as alcaçarias, responsáveis por uma das actividades mais poluentes, que irão permanecer dentro da cerca, se bem que nas zonas limítrofes, junto à muralha.

No sentido de impedir a cumulação de *sujidades* no interior da cidade, foram criados no extra-muros, junto das portas, determinados locais, assinalados com estacas<sup>13</sup>, onde deviam ser efectuados os despejos, com carácter de obrigatoriedade. Para tanto, foram impostas penas pecuniárias, com valores significativos, incentivando-se, também, o controlo dos prevaricadores, por via das denúncias (fazendo reverter uma parte da pena pecuniária para quem denunciava)<sup>14</sup>. Os mecanismos coercivos devem ter funcionado, pelo menos em parte, uma vez que nas décadas iniciais do século XVI é o próprio monarca a alertar o concelho para a necessidade de resolver os problemas causados pelas enormes quantidades de detritos que se acumulavam, agora, às portas da cidade, com os correspondentes inconvenientes, ao nível da saúde pública, mas também da imagem de pouco enobrecimento da cidade que tal acarretava<sup>15</sup>. Tornou-se então necessário tomar alguns ferragiais das imediações, às custas das rendas do concelho, para a distribuição dos detritos, procurando, posteriormente, que estes fossem usados para *esterçar as terras mais conjuntas*<sup>16</sup>. De qualquer modo, ao longo da centúria continuam a ser recorrentes as queixas de falta de limpeza, assim se relativizando o sucesso das medidas levadas a cabo.

Para o extra-muros são, também, remetidas algumas das actividades artesanais, que acabaram por ficar incluídas na cidade, aquando da construção da nova muralha, e que constituíam as principais poluidoras. Não foi esse o caso das alcaçarias, como já vimos, que se encontravam no limite do espaço urbano, minimizando os seus efeitos nefastos. Note-se, a propósito, a progressiva diferenciação funcional do espaço urbano no sentido centro/periferia e a relativa continuidade entre o dentro e o fora de muros.

Bem diversa foi a sorte de uma boa parte das olarias e dos telheiros que, em período posterior à construção da cerca nova, se viram obrigados a transferir-se, por exigência do concelho, para um local exterior às muralhas, nas imediações das portas de Alconchel. Só a custo foi possível fazer a transferência, que assume contornos merece-

<sup>12</sup> ADE, Arquivo Municipal, *Livro 3º de Originais da Câmara*, fls. 84, 84v, 85, 86.

<sup>13</sup> Cf, por exemplo, *Idem*, *Livro Pequeno de Pergaminho*, fl. 79.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> *Ibidem*, *Livro 4º de Pergaminho*, fl. 61.v.

<sup>16</sup> *Ibidem*, *Livro 5º de Originais da Câmara*, fl. 233-233v.



dores de análise. Essa decisão revestia-se de alguma racionalidade (e de modernidade), uma vez que se procurava reunir num mesmo local, previamente definido para o efeito e propriedade do concelho, uma boa parte das olarias e telheiros que até aí se concentravam na Porta Nova, numa praça que nesse período se tornara já relativamente central, bem como diversas outras olarias e fornos de cerâmica que se dispersavam por vários pontos da cidade. Embora pressionados pelo crescimento da actividade de transformação do barro, que nessa altura conheceu um impulso, com o crescimento urbanístico, a tomada de posição do concelho nesta matéria não deixa de denotar um sensibilidade diversa do entendimento do que deveria ser a salubridade da cidade. Face às perturbações que tal actividade acarretava, a nível sobretudo da expedição de fumos e da acumulação de detritos, assumiu-se uma medida de alguma radicalidade, que suscitou, como não podia deixar de ser, protestos veementes dos artesãos e dos seus representantes, a considerarem a mudança altamente prejudicial para as suas actividades<sup>17</sup>. As questões em torno da deslocação das olarias constituem, também, um bom exemplo das crescentes exigências que as fortes transformações da vida urbana, de finais da Idade Média, colocam ao espaço periurbano, obrigando-o a permanentes adaptações e reestruturações.

Mas à zona periurbana estavam também acometidas outras funções ligadas à *saúde pública*, ganhando a envolvente da cidade particular importância nos momentos de crise sanitária. Évora, como tantos outros núcleos urbanos, conheceu, de forma recorrente, as investidas da peste, que assombraram a sua vivência quotidiana, assumindo o surto ocorrido em meados do século XIV consequências catastróficas<sup>18</sup>. Muito embora sem a envergadura e os efeitos da grande *pestilência*, a cidade voltou a conhecer, ao longo das centúrias de Quatrocentos e Quinhentos, irrupções recorrentes da epidemia, à semelhança do que se verificou em outros locais da Península<sup>19</sup>. A segunda metade do século XV foi bastante fustigada, em especial as décadas de oitenta e noventa, obrigando as autoridades públicas à implementação de um conjunto de rigorosas

<sup>17</sup> Sobre as razões da recusa, veja-se, por exemplo, ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho*, fl. 50, 50v. Os resultados desta medida não tiveram uma total eficácia, uma vez que muitas olarias e telheiros persistiram no intra-muros, em períodos posteriores. De qualquer modo, as portas de Alconchel tornaram-se a principal zona desta actividade.

<sup>18</sup> Cf., Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 157-164.

<sup>19</sup> As investidas da peste estão testemunhadas em diversos locais da Europa, durante todo o século XV. A Península Ibérica não escapou às epidemias, com surtos especialmente violentos na Catalunha, em diversos locais de Castela, em Salamanca, Mérida, entre muitos outros. Sobre a geografia da peste no período baixo medieval,

medidas, que visavam a defesa da cidade e o acompanhamento dos pestilentos. No contexto dessas medidas, o espaço periurbano ganhava também alguma relevância, funcionando como uma ante câmara defensiva da cidade. Nele deviam permanecer aqueles que se suspeitava serem oriundos de locais infectados, em *quarentenas*, por vezes muito alargadas, dando azo à intervenção régia, em defesa dos que permaneciam, por vezes, com famílias, criadagem e parentelas, às portas da cidade, durante largos períodos<sup>20</sup>. Foi, ainda, no espaço periurbano, numa lógica de afastamento-proximidade, que se levantou, nos anos oitenta do século XV, na sequência de um forte surto epidémico, o Hospital de S. Brás<sup>21</sup>, destinado ao tratamento dos pestilentos, situado nas imediações da Porta do Rossio. A zona periurbana assumia, pois, mais uma função sanitária, formando um verdadeiro cordão de protecção da cidade.

Mas, nesses períodos em que o receio de contaminação impunha fortes restrições ao comércio de mais longa distância, os campos das imediações da cidade viam reforçado o seu papel, tornando-se os quase exclusivos abastecedores do núcleo urbano. Obrigavam-se, nessas ocasiões, todos os que se deslocavam ao exterior, para trabalhar nas suas terras, a um verdadeiro controlo, nas portas das respectivas zonas onde eram moradores, indagando-se dos seus afazeres e examinando-se os produtos alimentares que faziam entrar na cidade, e especialmente a água, que se julgava particularmente susceptível de contaminação<sup>22</sup>.

A mesma lógica de protecção da cidade, e de afastamento, neste caso de uma das doenças de mais terríveis ressonâncias no imaginário medieval<sup>23</sup>, terá levado, em data que não podemos confirmar, à instalação da Gafaria de S. Lázaro, no extramuros, nas proximidades da Porta do Raimundo. Uma localização que é o espelho da exclusão, a que os gafos eram votados, devendo ser mantidos a prudente distância, mas que permitia, pela relativa proximidade face aos muros da cidade, o sossego das consciências cristãs, que não abandonavam, assim, verdadeiramente, os seus doentes.

A multiplicidade de funções da zona periurbana, ampliada com as novas exigências que se lhe vão colocando nos finais dos tempos medievais, obrigam o concelho a legislar, de forma crescente, sobre matérias que podemos considerar, directa ou indirectamente, relacionadas com o espaço em análise. Convém frisar que não se trata de

---

veja-se, Emilio Mitre Fernández, *Fantasmas de la Sociedad Medieval. Enfermedad. Peste. Muerte*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004, pp. 97-110.

<sup>20</sup> Por exemplo, *idem*, *Livro 2º de Originais da Câmara*, fl. 106; *Livro 4º de Originais*, fls. 128 e 129.

<sup>21</sup> *Ibidem*, fls., 151-152v, 192.

<sup>22</sup> Cf., por exemplo, *idem*, *Livro Primeiro de Originais da Câmara*, fls. 258-258v-259.

<sup>23</sup> Emilio Mitre Fernández, *Fantasmas de la Sociedad Medieval. Enfermedad. Peste. Muerte*, pp. 59-72.

um corpo legislativo coerente, já que não existia uma conceptualização desse espaço, como um espaço autónomo, mas, obviamente, de uma legislação avulsa, por vezes contraditória, definida à luz das pressões do momento ou até de interesses pessoais, mas que, ainda assim, vai permitindo algum equilíbrio na sua utilização funcional.

Face ao número e diversidade das determinações legislativas com implicações na periferia da cidade – veja-se a esse nível o *Livro de Posturas*, onde uma parte muito significativa a ela diz respeito<sup>24</sup> – torna-se difícil a sua sistematização a um quadro simplificado, ainda mais quando o teor das medidas vai tomando cambiantes diversas, à medida que caminhamos para o final do século XV. De qualquer modo, pode simplificarmente considerar-se que esse conjunto legislativo visava cinco objectivos principais:

a) a defesa dos recursos aquíferos, florestais e cinegéticos, impedindo a degradação da água de poços, fontes, chafarizes e dos rios, procurando-se nestes últimos, que assumiam grande relevância legislativa, garantir a reprodução das espécies piscícolas e evitar a retenção da água, por particulares. Também o corte abusivo de determinadas espécies arvenses e a recolha dos seus frutos, bem como a restrição da caça a espaços e condições definidas foram, sistematicamente, objecto de atenção;

b) a defesa, face aos animais e às pessoas, das culturas periurbanas, inseridas nas vinhas, hortas, pomares e ferragiais, merecendo particular atenção a protecção das vinhas, sobretudo, nos períodos vegetativos mais sensíveis;

c) a garantia que a comercialização das produções se efectuava em condições legais e nos locais, previamente, estabelecidos, procurando-se, assim, evitar a especulação, a obtenção furtiva de alguns desses produtos e, obviamente, o não pagamento das taxas municipais;

d) a conjugação das diversas funções que decorriam na periferia urbana, impondo uma zonagem, ainda que imprecisa e sujeita a frequentes oscilações, das áreas reservadas a despejos, ao desenvolvimento de certas actividades poluentes, como as olarias, ou às pastagens; mas definindo-se, também, espaços e condições em que o gado podia estanciar: o gado porcino, que levantava problemas significativos, mas também o gado dos carreteiros e dos carnicheiros, o gado acometido às obras ou à lavoura ou, ainda, o gado transumante, que atravessava os arredores da cidade. Uma matéria numericamente significativa, em termos legislativos, que espelha as dificuldades com que a cidade se debatia nesta questão.

e) a defesa da propriedade privada, dissuadindo, penalmente, o furto das produções mais susceptíveis ou a usurpação (no todo ou em parte) das propriedades; mas

também a defesa da propriedade pública concelhia, impedindo a apropriação indevida de azinhagas e caminhos e visando a preservação das infra-estruturas, como as pontes e calçadas, entre outras.

Preservar os recursos naturais e conjugar, com alguma harmonia, as diversas actividades que decorriam na periferia urbana, garantindo o *bem comum* parecem, pois, ser os objectivos básicos dessa legislação, cujo cumprimento efectivo deve ser relativizado, mas que é, por si só, um testemunho inquestionável da relevância que a zona periurbana assumia para a vivência e sustentabilidade da cidade.

### 3. A zona periurbana e as dinâmicas económicas e sociais da cidade

A imprescindibilidade das áreas periurbanas e os benefícios económicos decorrentes desse facto tornavam essas zonas muito disputadas, palco de interesses múltiplos e divergentes.

A possibilidade de produção intensiva, a proximidade em relação ao mercado e a boa expectativa de preços das suas produções faziam com que o domínio das áreas em torno da cidade não fosse de somenos importância, sob o ponto de vista económico. Este aspecto ganhava um interesse acrescido, numa cidade do interior, como Évora, distante dos grandes circuitos comerciais marítimos, cuja dinâmica económica se centrava, fundamentalmente, na posse e exploração da terra e da pecuária.

Não sem algum exagero, quase se poderia considerar que o interesse pela zona periurbana, embora com graus e objectivos diversos, se estendia a todos os estratos sociais citadinos. A grande maioria dos moradores da Évora medieval encontrava-se, de facto, de um ou de outro modo, ligado à zona periurbana.

Rara era a família, de entre as que tinham meios que lhes permitissem ter alguns bens, que não detivesse, de livre propriedade ou como enfiteuta, uma ou várias parcelas de terra nos arredores da cidade, cujo objectivo principal era o auto abastecimento. A conhecida noção de que o homem medieval, mesmo o cidadão, nunca perdia a sua *alma de camponês* e a sua ligação à terra<sup>25</sup> encontra comprovação plena na zona periurbana. De facto, uma boa parte dos habitantes da cidade, mesmo os que desempe-

---

<sup>24</sup> ADE, Arquivo Municipal, n.º 244.

<sup>25</sup> Sobre a forte presença de hábitos campestres entre a população urbana, veja-se, Iria Gonçalves, "Entre o Campo e a cidade na segunda metade do século XIV", *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascals, Patrimonia, pp. 221-245.

nhavam officios que nada tinham que ver com a agricultura, trabalhava não raras vezes com as suas próprias mãos as vinhas e os ferragiais, que detinha nos arredores da cidade, e que assumiam uma importância significativa na economia familiar. Bem demonstrativo da forte ligação desta propriedade à noção de família nuclear é o facto, tantas vezes testemunhado nos contratos enfiteúticos, do aforamento ou emprazamento simultâneo de uma casa de morada na cidade e de uma pequena parcela na periferia, como se os mesmos constituíssem um binómio de inseparável complementaridade. Na maior parte dos casos, era, ainda, a família, que fornecia, em conjunto, a componente de trabalho necessária à exploração dessas parcelas, funcionando, também a este nível, como unidade de produção e de criação de rendimentos<sup>26</sup>. Não é, pois, de estranhar que muitas desistências de contratos, consubstanciados legalmente nas cartas de encampação, que vamos encontrando entre a documentação das instituições que detinham bens na área periurbana, nos revelem que a principal razão da desistência antecipada dos contratos dessas parcelas fosse, precisamente, a desestruturação da família nuclear<sup>27</sup>.

Mas, nem para todos, a posse de bens periurbanos assumia apenas um valor económico complementar. Para muitos moradores da urbe a exploração de terras periurbanas constituía, mesmo, a principal ocupação e a principal forma de vida e de sustento. Era esse, entre outros, o caso dos hortelões, que assumiam, em Évora, uma importância numérica significativa<sup>28</sup>, revelando uma capacidade reivindicativa e apresentando-se como grupo sócio profissional bem representado nas festividades e solenidades públicas, o que só pode ser testemunha da relevância da sua actividade.

<sup>26</sup> Sobre esta dimensão da família, veja-se, por exemplo, Arnaldo Sousa Melo e bibliografia referenciada, "Mulher, trabalho e família: a dimensão económica do agregado familiar. Porto, 1340-1450", *Os reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*, coord. de Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 273-287.

<sup>27</sup> Uma análise, por exemplo, das cerca de centena e meia de cartas de encampação existentes entre a documentação das colegiadas de Santiago e de S. Pedro, depositado na Biblioteca Pública de Évora, permitiu-nos constatar que a grande maioria dos foreiros que apresentam a desistência são indivíduos sós. Como é conhecido, os contratos enfiteúticos, no período medieval, surgem claramente adaptados às características da família nuclear, sendo a situação mais comum ser um casal a assumir o contrato perante o senhorio. Situação bem diversa se verificava no momento da renúncia. Note-se que, em cerca de 65% dos casos em análise, o sujeito da encampação foi um indivíduo só, homem ou mulher, e não um casal. Apesar de se contabilizarem alguns clérigos entre os foreiros, sempre presentes em bom número quando nos referimos a bens de colegiadas, os valores de indivíduos sós são, ainda assim, significativos, permitindo, se conjugados com os motivos maioritariamente apresentados para a renúncia, a velhice, a viuvez e a pobreza, estabelecer uma correlação positiva entre a desistência de um contrato e a desestruturação da família nuclear.

<sup>28</sup> Cf. Maria Ângela Beirante, *op. cit.*, p. 368, p. 500.

O interesse pela periferia podia também assumir uma forma mais especulativa, no que isso significa para o período tardo medieval, e, até, uma via de enriquecimento. Não é por acaso que, documentalmente, se pode assistir, por parte de diversos indivíduos, a compras sistemáticas de terras na periferia, que vão anexando a outras que, simultaneamente, traziam de foro de uma ou mesmo de várias instituições. É que, de facto, as de áreas de maior dimensão, assim conseguidas, apresentavam um superior potencial produtivo e económico.

Pode considerar-se que o contexto eborense, de finais da Idade Média, era de molde a favorecer a valorização das terras periurbanas. O crescimento da população e, conseqüentemente, das necessidades de recursos alimentares, contribuíam para tornar particularmente interessantes, em termos económicos, as produções destinadas ao mercado citadino. O mesmo se verificava com a presença regular da corte régia (ou com os grandes acontecimentos de relevo nacional de que a cidade foi palco), que alterava os padrões de consumo local, obrigando a uma mobilização de recursos, em alguns casos a nível regional<sup>29</sup>. Para os detentores de interesses económicos na periferia, tal constituía uma oportunidade acrescida sob os pontos de vista do escoamento das produções e dos preços, chegando estes, em tais ocasiões, a assumir um cariz especulativo. Há, ainda, que considerar que algumas das produções periurbanas não se destinavam exclusivamente aos mercados locais ou regionais, mas também, como acontecia, por exemplo, com o vinho, a mercados mais distantes e até mesmo à exportação, contribuindo, também, para reforçar o potencial económico das terras do entorno da cidade. Supomos que algumas fortunas urbanas se terão estruturado, directa ou indirectamente, a partir da exploração e comercialização das produções da zona periurbana, constituindo o esteio de uma futura ascensão social.

Não é, assim, de estranhar que muito embora a área periurbana não constituísse o fulcro dos interesses económicos dos grupos locais dominantes, bem mais empenhados na posse e exploração de *herdades* do termo, estes não deixassem de revelar apetência por essa zona. De facto, uma análise da distribuição social da propriedade, efectuada a partir de testamentos, das instituições de aniversários e capelas ou por conjugação de informação dispersa, permite perspectivar que, quase sempre, os membros das elites locais eram detentores de múltiplas parcelas, na periferia, sobretudo hortas e ferragiais, não enjeitando aforá-las de diversas instituições da cidade. Este facto é bem evidente, por exemplo, no que respeita aos membros do concelho, uma baixa e média nobreza, em processo de fechamento e oligarquização, que vai paralela-

<sup>29</sup> Por exemplo, *Idem, Livro I de Originaes*, fls. 94-94v.

mente fortalecendo o seu poder político e económico, enraizando-se este na aquisição de herdades, mas também no reforço dos bens da periferia urbana<sup>30</sup>. Nos finais da Idade Média, verifica-se uma tendência no sentido da diversificação dos interesses económicos dos grupos dirigentes locais e de outros membros da nobreza, que passa, também, pela periferia de Évora, lançando-se muitos deles na aquisição, por exemplo, de parcelas destinadas à olivicultura, que parece assumir uma importância crescente em Évora, à semelhança do que se verificava em outros locais.

Mesmo se, para as elites, o espaço periurbano, em termos económicos, assumia – é necessário deixá-lo bem claro – um interesse marginal, centrados que estavam, como já foi referido, na posse e exploração das *herdades*, terras de maior extensão, situadas nas zonas limítrofes dos termos de Évora e nos concelhos limítrofes, em que a produção de cereais se conjugava com a criação de animais e com a exploração das riquezas florestais, o facto de serem detentores de diversas parcelas nas imediações da cidade, acabava por os envolver nas problemáticas e dinâmicas do espaço em causa.

A apetência dos referidos grupos pelas terras de maior dimensão deixava, de alguma maneira, uma via aberta, na área periurbana, a outros protagonistas. É o caso de mercadores, dos mestrisais, de uma plêiade de escudeiros e de um baixo funcionalismo, que surgem como importantes detentores de propriedade na zona periurbana de Évora. Os dados recolhidos revelam-nos, pois, uma significativa ligação da propriedade periurbana às *classes médias*, e ao seu modo de vida, o que acabava também por ter reflexos a outro níveis, nomeadamente na definição das orientações patrimoniais de diversas instituições que lhes surgem bem próximas, como era ao caso das igrejas de quem eram paroquianos e dos diversos Hospitais e Albergarias da cidade, com uma forte implantação patrimonial em todo este espaço<sup>31</sup>.

De qualquer modo, a crer nos seus agravos e queixas, de que a documentação nos vai dando notícia, a acção destes grupos surge, de alguma forma, tolhida, e condicionada pelo concelho, ele próprio detentor de um conjunto de bens nas imediações da cidade, cuja capacidade legislativa se mostrava capaz de influir no decurso das actividades aí desenvolvidas, suscitando frequentes oposições. Mas, supomos que muitas destas críticas não se dirigiam, propriamente, ao concelho, mas sobretudo aos membros

---

<sup>30</sup> As questões em torno da elite concelhia foram objecto de um trabalho intitulado, "The Council elite of Évora in the XV Century: political and a economical power", que apresentei no Sixth European Social Science History Conference, que decorreu em Amesterdão, entre 22-25 Março, 2006.

<sup>31</sup> Veja-se, Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Évora, Lisboa, INIC/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

que os integravam – e muitas vezes torna-se difícil distinguir estas dimensões – a quem encaravam como concorrentes, ou melhor, como concorrentes em posição vantajosa, chegando a acusá-los, junto da coroa, de actuarem em proveito próprio<sup>32</sup>. Note-se que a capacidade de intervenção desta oligarquia, no espaço em causa, era, ainda, ampliada pelo facto de muitos dos indivíduos pertencentes às famílias dominantes controlarem, indirectamente, algumas das mais ricas albergarias da cidade, das quais não raras vezes eram os máximos responsáveis. Mais um dado que contribuía para colocar o concelho e os seus membros num papel central e incontornável no respeitante a esse espaço.

Porém, o protagonismo na zona envolvente da cidade cabia, também, e em boa medida, às diversas instituições religiosas, sobretudo aquelas que apresentavam mais fortes interesses patrimoniais nessa área. Era esse o caso do cabido catedralício e das igrejas paroquiais, que, por via da precocidade da sua implantação no terreno e das suas políticas de organização espacial da propriedade, acabaram por influir no próprio ordenamento do território, funcionando também, naturalmente, como importantes agentes económicos dinamizadores desse espaço. O cabido, por motivos que se prendem com a própria lógica de apropriação do solo no pós reconquista<sup>33</sup>, constituía um dos principais detentores de solo, na própria urbe e nas zonas mais imediatas, não parecendo estranho que se tivesse tornado o principal detentor de hortas e ferragiais, que se situavam, precisamente, como vimos, num primeiro aro do entorno da cidade<sup>34</sup>. Também as colegiadas eborenses, em especial as de Santiago e de S. Pedro<sup>35</sup>, que melhor conhecemos<sup>36</sup>, foram constituindo, a partir, essencialmente, das dádivas dos seus paro-

<sup>32</sup> Por exemplo, ADE; Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, fls. 142-143.

<sup>33</sup> Sobre a apropriação e organização do território no pós reconquista, veja-se, Hermínia Vasconcelos Vilar, *As dimensões de um poder, A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1999.

<sup>34</sup> Essa distribuição espacial das hortas e ferragiais é apresentada de uma forma bastante clara num dos livros de tombo do cabido, elaborado em 1424, pelo cônego Vasco Gil, que na sua identificação vai seguindo a linha da muralha, começa na Porta do Moinho de Vento e segue o percurso das outras portas. A organização das parcelas em torno da cidade fica, assim, bem demonstrada, Arquivo do Cabido da Sé de Évora, CEC 3 – I, fls. 39-62.

<sup>35</sup> No que se refere à igreja de S. Mamede, igualmente sede de uma paróquia urbana, muito pouco se sabe face à quase total ausência de documentação. Supomos, contudo, atendendo ao seu posicionamento espacial, que não incluía as áreas mais nobres da cidade, que se tratava de uma igreja com um património de perfil idêntico, mas numericamente bem menos significativo. Também para a igreja de Santo Antoninho, os dados são muito escassos.

<sup>36</sup> A Biblioteca Pública de Évora é detentora de um importante espólio documental destas igrejas, que constituem o núcleo de uma colecção genericamente designada de Pergaminhos avulsos. Sobre as características desta colecção, veja-se Joaquim Bastos Serra, "Instituições religiosas e dinâmica urbana nos Pergaminhos Avulsos da Biblioteca Pública de Évora", *Lusitânia Sacra*, Lisboa, C.E.H.R./ U.C.P., 2.ª série, tomo XVII, 2005, pp. 405-418.



quianos, um património fundiário, praticamente, todo ele centrado em torno dos bens periurbanos, em especial das vinhas, mas também dos ferragiais e das hortas<sup>37</sup>.

Quanto às instituições conventuais, diga-se, desde já, que revelam, nos finais do período medieval, posicionamentos diversos relativamente às terras das imediações, fruto dos próprios contextos de implantação e de dinâmicas patrimoniais próprias. Os poderosos mosteiros mendicantes, de S. Francisco e S. Domingos, que obtiveram um enorme sucesso junto dos grupos dominantes da sociedade, que, preferencialmente, os escolhem como locais de enterramento e de instituição de aniversários e capelas, acabaram por estruturar, a partir dessas ligações, patrimónios, em torno das grandes herdades, e por essa via da produção cerealífera e da criação de gado, que progressivamente os vão afastando das problemáticas e das lógicas do espaço periurbano, onde num já longínquo século XIII, primeiramente se tinham instalado, em locais, posteriormente, englobados pela muralha fernandina.

Bem diferente era o caso de duas outras instituições conventuais, que, por motivos muito próprios, assumiam um papel de relevo na zona periurbana. Trata-se do mosteiro cisterciense de S. Bento de Castris e do mosteiro Jerónimo de Santa Maria do Espinheiro, que se encontravam implantados no extramuros, em pleno espaço periurbano, o primeiro no quadrante norte, o segundo mais a Nordeste. As cronologias e contextos de instalação, que se revelam bem diversos entre eles, não deixaram de se reflectir na diferente capacidade de apropriação do solo do entorno da cidade, que cada um demonstrou.

A precocidade da presença cisterciense em Évora<sup>38</sup>, que se perde no remoto século XIII, num período de consolidação e de expansão territorial, permitiu que o mosteiro, instalado, depois de algumas hesitações, num local com algum distanciamento relativamente aos muros, nessa altura cingido à muralha muçulmano-goda, viesse a apropriar-se de diversas parcelas de solo, numa área relativamente dilatada, que continuará, posteriormente, a constituir o esteio da sua influência no entorno eborense.

---

<sup>37</sup> Sobre a propriedade de cada uma destas instituições veja-se Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, FCG/JNICT, 1995, pp. 315-327.

<sup>38</sup> Veja-se, por todos, Maria Antónia Fialho Conde, *Cister a Sul do Tejo: o mosteiro de S. Bento de Castris e a Congregação autónoma de Alcobaça (1567-1776)*, Évora, Dissertação de Doutoramento em História, apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora, 2004. Muito embora o estudo incida no período Moderno, a autora, no Capítulo I, designado de "A Implantação do Mosteiro de S. Bento de Castris: percurso histórico", a título de enquadramento, perspectiva cronologicamente a formação do cenóbio e do seu património fundiário.

A diferente realidade com que a este nível o mosteiro de Santa Maria do Espinheiro se depara é, indubitavelmente, o reflexo das transformações que a periferia urbana foi sofrendo, nos mais de dois séculos que mediam entre as duas fundações. Note-se que os frades, depois de uma primeira tentativa, acabam por se instalar, em Évora, em 1458<sup>39</sup>, atraídos, de alguma forma, pelo forte dinamismo económico e social que a cidade conhecia. Chegados tardiamente, num período de forte pressão sobre a envolvente urbana, viram a sua capacidade de expansão, na periferia eborense, bastante limitada, apostando, apenas, na apropriação das áreas adjacentes ao mosteiro. Um processo, ainda assim, lento, perseguido ao longo de várias décadas, que é bem o testemunho da forte pressão a que esse espaço era sujeito<sup>40</sup>. Supomos que terá sido também essa dificuldade, que explica o débil interesse pelo espaço periurbano, manifestado por parte de outras instituições conventuais que se instalaram na cidade, ainda nessa segunda metade do século XV, nomeadamente os conventos de Santa Clara e de S. João Evangelista (Lóios)<sup>41</sup>, bem como de outros cuja fixação ocorrerá na centúria seguinte<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> A Bula que consagra a fundação, do Papa Calisto III, é datada de 25 de Novembro de 1457, o instrumento de posse é de Setembro do ano seguinte. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 1. Veja-se, também, BPE, *Fundo Rivera*, Códices CLXVIII/2-14; CLXVIII/2-15.

Refira-se que a ideia de criação de um mosteiro da Ordem de S. Jerónimo, em Évora, contava já algumas décadas, tendo sido delineada pelo então Bispo da cidade, D. Pedro de Noronha, que chegou mesmo a obter do Papa Martinho V, uma bula, de 12 de Novembro de 1422, que autorizava a fundação. (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 1, doc. n.º 1). O projecto não chegou, contudo, a efectivar-se. Como sugere Cândido dos Santos, a transferência de D. Pedro para o Arcebispado de Lisboa poderá ser uma das razões explicativas da não concretização desse ensejo. Cf. Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das Origens aos fins do Século XVIII*, Porto, INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1980, p. 21.

<sup>40</sup> Sobre o processo de instalação, veja-se, Joaquim Bastos Serra, "Santa Maria do Espinheiro: um mosteiro na periferia urbana de Évora. Apropriação e organização do espaço", *Paisagens rurais e urbanas. Fontes Metodológicas, Problemáticas. Actas das Segundas Jornadas*, coord. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos/Universidade Nova de Lisboa, 2006. (no Prelo).

<sup>41</sup> No que se refere às cronologias e contextos das fundações conventuais desde o século XII até final da centúria de Quatrocentos, veja-se João Luís Inglês Fontes, "Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (séculos XII a XV)", *Lusitania Sacra*, Lisboa, C.E.H.R./U.C.P., 2.ª série, tomo XVII, 2005, pp. 39-63.

<sup>42</sup> Foi o caso dos conventos de Nossa Senhora do Paraíso, da Graça, de Santa Catarina de Sena, Santa Mónica, Nossa Senhora do Carmo, Salvador e outros. Sobre o papel dos monarcas e das grandes famílias da nobreza nestas fundações, em especial na do Convento da Graça, veja-se Manuel Joaquim Calhau Branco, *A Construção da Graça de Évora (contexto cultural e artístico)*, vol. I, Lisboa, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policop., 1990.

Os mosteiros de S. Bento e de Santa Maria do Espinheiro acabaram por funcionar, como não podia deixar de ser, atendendo à sua importância económica e social, como elementos dinamizadores das zonas onde se encontravam implantados, assumindo-se como pólos referenciadores e organizadores do espaço. A sua presença nas imediações da cidade, conjuntamente com o eremitério de Santa Margarida do Aivado, na encosta do monte designado de S. Bento, e de outros locais de culto, formavam como que uma outra muralha, não física, mas espiritual, de protecção da cidade e dos seus moradores.

\* \* \*

Depois de alguma reflexão em torno das problemáticas do espaço periurbano de Évora, um dos aspectos que mais surpreende é a sua enorme capacidade de resposta e de adaptação, quase orgânica, às profundas transformações de que a cidade foi alvo nesse período final dos tempo medievais e de despontar da modernidade. Muito embora não existisse uma política coerente para esse espaço, o jogo de forças que nele se estabelecia e, sobretudo, o reconhecimento da sua fundamental importância, permitia-lhe desempenhar um conjunto alargado de funções, que o tornava imprescindível para a sustentabilidade da cidade. Não era, pois, por acaso, que no século XVI, quando Évora se assumia como uma quase capital, André de Resende, no rasgado elogio que faz da sua cidade, no sentido de a promover no espaço político e cultural do reino, colocasse, quase a par da sua grandeza urbanística, a riqueza das suas hortas e dos recursos naturais que envolviam a urbe<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Cit. por Ivo Carneiro de Sousa, *André de Resende e a História da Antiguidade da Cidade de Évora*, Lisboa, Casa do Livro, 1993, pp. 56-57.

